

## **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS REALIZADA EM 11 AGOSTO DE 2023**

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três às nove horas e trinta minutos da manhã, na Sala de Reuniões do Paço Municipal da Estância de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, realizou-se a sétima reunião ordinária do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos (COMUSP). Estavam presentes os representantes titulares da Sociedade Civil: Cássia Schroeder Buitoni e Antônio Marcos de Lima. Estavam presentes os representantes titulares da Administração Municipal: Leonardo de Souza Tenório (Ouvidoria Municipal), Sara Talita Sales Silva (Secretaria de Governo e Administração) e Gilberto Donizeti de Souza (Procuradoria Geral do Município). Estava presente, como convidado, o Flávio Aparecido da Silva, Supervisor do Setor de Serviços Públicos e Zeladoria. A Presidente interina, Cássia Schroeder Buitoni, abrindo a palavra para o Leonardo, Ouvidor Geral da Prefeitura. Este expôs ao Flávio o motivo do convite a presente reunião, citando que, em reunião anterior, foi prestado contas dos processos da Ouvidoria em aberto, chamando a atenção da quantidade de processos do Setor de Zeladoria que estavam em atraso. Assim o responsável por esse Setor, Flávio, poderia apresentar aos conselheiros seus motivos e situação atual do setor. Com a palavra, Flávio iniciou sua fala apontando as dificuldades do setor nesse período extraordinário de chuvas que o município enfrentou, necessitando de diversas intervenções em estradas e pontes. Citou problemas de mão-de-obra e maquinário em manutenção. Citou também alguns trabalhos que foram realizados, como: patrolamento de toda estrada do Cantagalo; manutenção de estradas no Serrano, focando em alguns serviços preliminares; execução de serviços em parceria com morador no Quilombo. Marcos citou algumas parcerias que foram feitas no Quilombo. Gilberto questionou Flávio se houve formalização das parcerias. Flávio afirmou que sim. Gilberto questionou se a Prefeitura estava fiscalizando os serviços. Flávio afirmou que sim. Gilberto questionou se houve elaboração de projeto com quantificação de custos e materiais. Flávio informa que o material já estaria comprado. Gilberto relata que seria importante o Conselho ter acesso a esses processos para saber se estaria sendo feito licitação. Marcos informa que o processo passa pela Assessoria Jurídica e Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura. Flávio informa que é o departamento final no processo, responsável pela execução do serviço. Cássia questiona se a execução de serviço de drenagem necessitaria de aprovação da CETESB. Foi esclarecido pelos presentes que não necessitaria por ser águas pluviais, necessitando apenas quando há nascente. Flávio retoma seus

esclarecimentos aos processos em aberto na Ouvidoria afirmando que alguns processos já estariam para serem resolvidos, voltando a citar o problema de mão-de-obra braçal no setor e que já sugestionou à Prefeita possibilidade de terceirizações de serviços no setor ou abertura de novo concurso público. Falou-se da dificuldade de se contratar Pedreiro em concurso público por conta de salário pago pela Prefeitura, que estaria aquém do valor de mercado, reforçando, entre os membros, a necessidade de terceirização. Flávio expressou mais uma vez sua ação junto à Administração solicitando atenção no setor e necessidade de melhor estruturação. Falou sobre o projeto de criação de líderes de equipe que não foi aprovado pela Câmara, relatando a dificuldade de gerenciar equipes sem tais lideranças, tendo que realizar tal trabalho sozinho. Gilberto questionou se a Prefeitura possui equipamentos necessários para realização de manutenções em pontes. Flávio afirmou que possui todo o equipamento necessário. Gilberto levantou a questão sobre a Ponte do Zigue-Zague, questionando se o projeto de execução por aduelas seria viável para o local, considerando o difícil acesso. Flávio informou que não há outro acesso ao local. Gilberto levantou a preocupação de licitar uma obra que possa apresentar-se inviável em sua execução. Marcos expôs que houve essa preocupação junto a Defesa Civil do estado, responsável pelo convênio da obra, e foram informados de que a orientação é que as aduelas fossem fabricadas no local da obra. Gilberto insistiu em sua preocupação, tendo em vista outro local que fora realizada obra semelhante, por aduelas, a qual obteve dificuldade no transporte das aduelas, mesmo sendo uma via mais ampla do que a em questão. Marcos reforçou a orientação da Defesa Civil Estadual sobre a execução *in loco*, que seria possível realizar. Os presentes levantaram a necessidade desses detalhes técnicos estarem no projeto da engenharia a ser licitado. Flávio citou outra ponte que necessitava de reparo e os serviços necessários para a boa execução e segurança. Relatou também que haviam nove pontes que necessitavam de alguma intervenção para reparo ou manutenção. Gilberto perguntou sobre a ponte do Baú. Flávio respondeu que foi refeita com ajuda da vinícola do local, sendo executada em madeira em curso não original, afirmando, após questionamento de Gilberto, que a ponte aguenta passagem de caminhões. Nesse momento, Gilberto questionou porque não utilizou da mesma solução na ponte do Quilombo. Flávio informou que os moradores do local, na época, até deram essa sugestão, havendo até madeira disponível para execução. Marcos informou que a Prefeita reuniu-se com moradores e apresentou a proposta da Defesa Civil Estadual, relatando que os moradores acharam que seria rápido, preferiram seguir com o projeto proposto. Cássia questiona se poderia oficialiar a Administração para reforçar o setor com mão-de-obra. Flávio expôs a dificuldade de

contratar funcionário novo que não seja capacitado para realizar serviços braçais, informando que já solicitou que seja colocada prova prática nos próximos concursos de cargos de seu departamento, de modo a evitar servidores inaptos ao serviço a ser executado. Reforçou a dificuldade de o setor estar centrada na questão de mão-de-obra, voltando na questão de terceirização de serviços. Houve questionamento por parte da Sara sobre impedimentos de terceirização. Gilberto explicou que não haveria, exceto quando se caracterizar burla do princípio do concurso público, havendo necessidade de extinguir cargos existentes para proceder tal terceirização. Marcos questionou a possibilidade de pessoa física participar de licitação, sendo respondido positivamente pelos presentes. Marcos indagou se o Setor de Zeladoria daria conta de executar os serviços das nove pontes antes do período de chuvas deste ano. Flávio afirmou que não, especificando a falta de mão-de-obra para isso. Leonardo indaga se não seria melhor, frente a dificuldade em atendimento da necessidade de manutenção, licitar de fato as reconstruções das pontes, ao invés de contratação e serviço para manutenção. Flávio informou que deu a sugestão à Prefeita e Arethusa, Secretária de Infraestrutura, de uma empresa que excuta pontes, tendo, inclusive, pontes para aluguel em caso de emergência. Não soube informar se houve andamento dessa sugestão. Gilberto indagou, referente a mão-de-obra, se houve deslocamento de servidores para as festividades da Gaben. Flávio informou que um grupo pequeno para realizar um serviço simples, tendo o restante da equipe trabalhando normalmente. Gilberto reafirmou que o Setor de Zeladoria não possui mão-de-obra para cumprir os cronogramas de execução, em especial, as manutenções de pontes, corroborando com o posicionamento do Leonardo sobre a terceirização dessas manutenções. Flávio concordou, informando que já deu essa sugestão à Administração, pontuando alguns serviços que estão para serem realizados. Leonardo reafirmou a necessidade de terceirização de mão-de-obra e serviços. Gilberto pontou a demora na construção da ponte do Quilombo, em contrapondo a ponte do Baú que teve rápida solução. Os membros elogiaram a atuação de Flávio frente ao Setor de Zeladoria, pontuando a falta planejamento e organização de trabalhos. Gilberto levantou o estado de abandono das praças públicas, jardins e árvores. Encerrou-se a interpelação ao Flávio, agradecendo sua presença. A Presidente sugestionou, sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual, se poderíamos mandar um ofício à Administração contendo sugestões do Conselho para o projeto. Leonardo pontou que precisaria levantar junto aos conselheiros o que poderia ser indicado, não obstando a participação da Audiência Pública. Citou-se alguns problemas da Administração como falta de planejamento e Secretários que executam trabalhos operacionais, não estando em sua função estratégica. Leonardo trouxe a questão

levantada por um contribuinte, feita diretamente à Conselheira Maria Luiza, sobre a arrecadação de taxa das barracas, explicando que o dinheiro tem uso livre, usado para suas políticas públicas e que a Secretaria da Fazenda presta contas dos valores arrecadados. Deliberou-se sobre a possibilidade de solicitar prestação de contas dos valores arrecadados dos últimos três anos. Em votação, os membros presentes optaram por não realizar tal solicitação. Comentou-se sobre as reuniões do COMTUR. Comentou-se sobre outros conselhos e a falta de participação popular. Marcou-se a próxima reunião para o primeiro de setembro às nove horas. E, não havendo mais a tratar, encerrou-se a reunião às onze horas. Lavrou-se a presente ata, contendo as assinaturas dos membros do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos.

Cássia Schroeder Buitoni  
Presidente Interina

Antônio Marcos de Lima  
Membro

Leonardo de Souza Tenório  
Membro

Sara Talita Sales Silva  
Membro

Gilberto Donizeti de Souza  
Membro